

00031621-10-14

A Sua Excelência
O Ministro da Educação e Ciência
Av. 5 de Outubro, 107
1069-018 LISBOA

Assunto: Processo de avaliação de Centros de Investigação

Na sua reunião de 14 de outubro, o Conselho de Reitores das Universidades de Portuguesas analisou o atual processo de avaliação dos Centros de Investigação, à luz das respostas dadas no final da audiência de interessados, e decidiu dar conhecimento a Vossa Excelência das conclusões consensuais dessa análise.

Em primeiro lugar, queremos reafirmar que somos totalmente a favor dos processos de avaliação. Eles são essenciais para que todo o sistema tenha cada vez mais qualidade, e portanto seja cada vez mais capaz de responder às expectativas da sociedade e de ajudar ao desenvolvimento de Portugal.

Mas, para que um sistema de avaliação seja capaz de promover a excelência tem de, ele próprio, ser pelo menos excelente, se não excepcional. Não é o caso.

Já sabíamos, e apontámo-lo desde o início, que uma primeira fase de avaliação sem contacto presencial era potencialmente muito frágil, mas demos o benefício da dúvida à afirmação repetidamente feita pelos responsáveis de que o sistema seria robusto. Esperámos por isso que ele fosse capaz de detetar os seus erros e de os corrigir. A recente divulgação dos resultados da audiência de interessados veio mostrar que não foi assim. Apesar se ter sido chamada a atenção para inúmeros erros de avaliação, muitos inteiramente factuais, diversos painéis desculparam-se de diversas formas para não retirar daí consequências, mantendo avaliações inexplicáveis. A avaliação não presencial de unidades de investigação é, no nosso entendimento, um falhanço pleno.

[Handwritten signature]

Este processo de avaliação não tem a necessária qualidade. É uma oportunidade perdida para uma política nacional de promoção do conhecimento avançado e está a resultar numa grave perda de confiança no sistema de avaliação, com a desconsideração quase total dos pareceres das universidades.

Afirmamos desde já que recusaremos qualquer tentativa de utilizar os resultados deste processo para qualquer outro efeito exterior à avaliação direta das unidades de investigação, como seria por exemplo a sua utilização como um dos critérios de análise, entre outros, de projetos de investigação, de Instituições de ensino superior, de bolsas de qualquer tipo ou de qualquer candidatura a financiamento.

Recusamos igualmente a morte anunciada de quase 50% do tecido científico português. Este resultado, já previsível a partir dos termos em que o contrato entre o Estado Português e a *European Science Foundation* (ESF) foi redigido, prevendo a passagem à segunda fase de apenas cerca de 50% das unidades, mostra um enviesamento que não podemos aceitar. A excelência é uma medida relativa que só surge a partir de um universo alargado. Se esse universo não existe, a excelência rapidamente se extingue também, por falta de base de recrutamento.

Os processos de avaliação devem ser separados dos processos de financiamento. Depois da avaliação feita, não havendo verbas suficientes para financiar todos os centros com boa classificação, todos compreenderiam que não fosse possível financiar todos, mas pelo menos a avaliação seria justa.

Entendemos também manifestar o nosso desconforto com o facto de, ao contrário do que tinha sido combinado com o Governo, através da Senhora Secretária de Estado da Ciência, não ter sido feita connosco uma avaliação do resultado da audiência de Interessados antes de definidos os termos do acesso ao fundo de reestruturação, que assim se torna mais uma ferramenta que não nos suscita confiança. O acesso a este fundo não deveria usar como base a avaliação cujos erros pretende corrigir, nem ser decidido pela entidade responsável por esses mesmos erros.

A participação da ESF também não deve ocorrer, por razões equivalentes às já enunciadas, na análise das reclamações (previstas no artigo 23º do Regulamento de Avaliação e Financiamento de Unidades de Investigação) que várias universidades apresentarão sobre as situações mais graves.

Terminamos reafirmando a nossa disponibilidade para trabalhar para que no futuro próximo seja possível ter um processo global de avaliação de qualidade, em colaboração e com o acordo das universidades. Este processo é, aliás, mais uma demonstração de que a artificial separação entre ensino superior e ciência é prejudicial para o desenvolvimento do país.

Com os melhores cumprimentos,



António Rendas
Presidente do CRUP (em exercício)



António Cunha
Presidente do CRUP (eleito)